

## PODER

# Desobediência anunciada

Bolsonaro indica que descumprirá ordem do Supremo se a Corte aprovar o novo marco temporal das terras indígenas

» DEBORAH HANA CARDOSO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) deixou claro que não dará trégua na guerra aberta contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele voltou a questionar as urnas eletrônicas e indicou que pode desrespeitar o novo marco temporal das terras indígenas se aprovado no STF — a medida pode ampliar o território dos povos originários.

“Vocês sabem que, dentro do Supremo, tem uma ação que está sendo levada adiante pelo ministro (Edson) Fachin (do STF) querendo um novo marco temporal. Se ele conseguir vitória, me restam duas coisas: entregar a chave para o Supremo ou falar que não vou cumprir. Eu não tenho alternativa”, afirmou, na abertura da Agrishow, feira de tecnologia voltada ao agronegócio, em Ribeirão Preto (SP).

Bolsonaro sugeriu que os ministros do STF disputem a Presidência da República para governar o país e acrescentou que eles poderiam ir para a terceira via. “O que nós queremos dos Poderes no Brasil? É que olhem para o Brasil e não olhem para o poder. Cada um, de cada Poder, se quiser disputar a presidência, está aberto. Tem vaga aí, vários partidos oferecendo vaga. Quem sabe essa pessoa seja a terceira via e vai negociar na base da paz e amor com o mundo todo”, ironizou.

O chefe do Executivo enfatizou que o indulto concedido ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), após a condenação dele pelo STF, é “constitucional”

Isac Nóbrega/PR



Bolsonaro na Agrishow: “Cada um, de cada Poder, se quiser disputar a presidência, está aberto. Tem vaga aí”

## Em compasso de espera

A revisão do marco temporal está paralisada no STF e, se aprovada, tem o potencial de ampliar o número de terras indígenas demarcadas no Brasil. Hoje, o entendimento legal é de que povos indígenas só podem requerer demarcação de terras se comprovarem ocupação do território na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

e será cumprido. Segundo ele, o parlamentar é inocente. “Artigo 53 da Constituição não garante que os deputados podem falar

o que bem entender? É inviolável?”, questionou. “No passado, soltavam bandidos e ninguém falava nada.”

De acordo com Bolsonaro, “se tivesse alguém lá (no STF) com tanta preocupação com corrupção, como tem com fake news, ajudaria muito o Brasil a estar em situação bem melhor”.

## “Dica”

Em tom de campanha, ele disse que jamais esperava ser presidente. “Missão de Deus, e a Ele agradeço”, destacou. “Só Deus

me tira daquela cadeira”, acrescentou, sob aplausos.

Ele também “orientou” os presentes ao evento sobre como escolher parlamentares no pleito de outubro. A “dica” que deu foi que cada eleitor procurasse saber qual foi o posicionamento de deputados durante a votação, no plenário, em agosto de 2021, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/19 sobre o voto impresso. “Veja



Se ele (Fachin) conseguir vitória (no marco temporal), me restam duas coisas: entregar a chave para o Supremo ou falar que não vou cumprir”

Jair Bolsonaro, presidente da República

como ele (deputado) votou a PEC do voto impresso. Parlamentares de esquerda do PT, PCdoB, PSol confiam 100% (na urna eletrônica), é impressionante”, criticou. “Do nosso lado, também tem gente que confia, por pressão do presidente ou líderes do partido.”

Bolsonaro também reprovou a atitude de deputados favoráveis à urgência da avaliação do projeto de lei das fake news — proposta sob relatoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). “Foi votada a urgência da PL das fake news, atendendo ao (Luís Roberto) Barroso, (Edson) Fachin e ao Alexandre de Moraes”, afirmou, numa menção a ministros que se revezam na direção do TSE. “Esses caras (parlamentares) que votaram a urgência querem censurar as mídias sociais, a mídia de verdade.”

## 72 horas para explicar indulto

» LUANA PATRIOLINO

A União tem 72 horas para explicar o indulto concedido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado à prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão é da Justiça Federal do Rio de Janeiro.

O juiz Carlos Ferreira de Aguiar, da 12ª Vara Federal do Rio, atendeu ao pedido dos advogados André Luiz Cardoso e Rodolfo Prado, do Distrito Federal, que querem a suspensão do decreto. Segundo eles, a decisão do presidente desvia a finalidade desse tipo de instrumento.

Em uma manifestação anterior, na mesma ação, a Advocacia-Geral da União (AGU) destaca que a Justiça Federal não tem legitimidade para analisar o caso, pois o tema está em tramitação no Supremo.

Bolsonaro anunciou o perdão dos crimes de Silveira na última quinta-feira. O ato foi publicado em edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU).

Para tomar a decisão, o chefe do Executivo se apoiou no artigo 84, inciso XII, da Constituição Federal, que prevê: “O indulto é irrenunciável, salvo quando envolva comutação da pena. Na graça, o presidente da República pode perdoar o condenado da totalidade da pena ou somente efetivar a comutação reduzindo-a em parcela fixa ou proporcional fixando a pena que ainda

EVARISTO SA / AFP



Tornezeira de Silveira está descarregada desde 17 de abril

deva ser concretamente cumprida pelo condenado”.

No entanto, o fato de o caso ainda não estar transitado em julgado é o que põe em xeque a constitucionalidade do decreto do presidente, pois a própria lei diz que a ação precisa ser encerrada para a concessão da graça.

## Tornezeira

Ontem, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, relator do caso de Silveira, foi informado pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal que a tornezeira eletrônica do deputado está descarregada desde as 18h06 de 17 de abril. Com isso, não é

possível rastrear o parlamentar.

“Haja vista que o equipamento eletrônico está descarregado, até a presente data, não é possível informar, fidedignamente, a localização atual e a real situação do equipamento nem se houve ou não o rompimento da tornezeira instalada, visto que a descarga completa da bateria impede a coleta de dados gerados pelo software de monitoração”, diz um trecho do comunicado enviado ao STF.

O *Correio* entrou em contato com a defesa de Daniel Silveira, que afirmou ainda não ter um posicionamento sobre o assunto.

O parlamentar colocou a tornezeira eletrônica em 31 de março, após descumprir decisão de Moraes.

## ABI faz denúncia à ONU

Além da reação de partidos, entidades da sociedade civil se mobilizam contra o decreto do presidente Jair Bolsonaro (PL) que beneficiou o deputado Daniel Silveira (PTB) — condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por ataques à democracia e instituições. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) encaminhou um “informe urgente sobre violação de Direitos Humanos” à Organização das Nações Unidas (ONU). O texto afirma que o perdão

concedido por Bolsonaro ao parlamentar “afronta a democracia, a separação de Poderes, a independência do Judiciário e a administração da Justiça”.

O documento destaca que a “Lei de Execução Penal, mais recente que o Código de Processo Penal, estabelece que ‘o indulto individual poderá ser provocado por petição do condenado, por iniciativa do Ministério Público, do Conselho Penitenciário, ou da autoridade administrativa’, logo,

não prevendo a possibilidade de concessão espontânea pelo presidente da República”.

Elaborado pelo advogado Carlos Nicodemos, o documento foi enviado ao relator especial da ONU sobre Independência de Juizes e Advogados, Diego García-Sayán.

Uma reunião com o relator da ONU e outras entidades da sociedade civil também foi solicitada, afirmou o presidente da associação, Paulo Jeronimo.

# Túnel de Taguatinga: o futuro passa por aqui.

A OBRA MAIS ESPERADA DOS ÚLTIMOS ANOS ESTÁ 70% CONCLUÍDA.

Em breve, cerca de 1,8 milhão de moradores do DF que circulam pelo local vão ganhar um trânsito bem mais tranquilo, livre de engarrafamentos. Mesmo durante a pandemia, a obra do Túnel de Taguatinga não parou um momento sequer. Pouco a pouco, estamos construindo um DF melhor para todos.